

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO
12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais – Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos

1.ª FASE

2004

PROVA ESCRITA DE INTRODUÇÃO AO DIREITO

- É permitido o uso da Constituição da República Portuguesa **não anotada**, Revisão de 1997 ou Revisão de 2001.
- Esta prova é constituída por 4 grupos:
 - Grupo I, constituído por 5 itens, dos quais só deverá responder a 4;
 - Grupo II, constituído por 3 itens de resposta obrigatória;
 - Grupo III, constituído por 3 itens de resposta obrigatória;
 - Grupo IV, constituído por 2 temas em opção.
- Nos Grupos I e IV, dê atenção às instruções que antecedem os respectivos itens e temas.
- Todas as respostas deverão ser perfeitamente legíveis. Quando se verificar um engano, este deve ser riscado e corrigido à frente. Não é permitido o uso de corrector.

I

Neste Grupo, após a leitura do texto, deverá responder **APENAS a 4** dos 5 itens apresentados. Se responder a todos os itens, só as quatro primeiras respostas serão classificadas.

A lei da mobilidade da função pública, que se traduz, nomeadamente, na criação de um quadro de supranumerários, foi promulgada pelo Presidente da República, que não teve dúvidas sobre a constitucionalidade do texto e o promulgou de imediato. O diploma é uma revisão do decreto-lei n.º 535/99 e surge de um pedido de autorização legislativa. Sem o apoio do Presidente da República, os sindicatos pediram a declaração da inconstitucionalidade da lei ao Procurador-Geral da República e ao Provedor de Justiça.

Público, 2002.09.10 (adaptado)

1. A palavra «lei» pode ser utilizada em diversos sentidos.
Defina lei em sentido restrito.
2. A lei referida no texto foi promulgada pelo Presidente da República.
Indique em que consiste a promulgação de uma lei.
3. Os sindicatos pediram a declaração da inconstitucionalidade da lei.
Defina inconstitucionalidade orgânica.
4. O novo diploma é uma revisão do decreto-lei n.º 535/99.
Diga o que se entende por revogação expressa da lei.
5. A declaração de inconstitucionalidade da lei foi pedida também ao Provedor de Justiça.
Refira as funções do Provedor de Justiça.

Neste grupo, **todos** os itens são de resposta obrigatória.

II

Quando se fala da aplicação do Direito em sentido estrito, pensa-se na aplicação do Direito realizada pelos tribunais judiciais, o que se explica pela razão de que os tribunais representam a última garantia de que o Direito se cumprirá e porque o seu trabalho se repercute sobre a própria formulação do mesmo e na jurisprudência como fonte de Direito.

Angel Latorre, *Introdução ao Direito*, Liv. Almedina, Coimbra, 1998 (adaptado)

1. O termo «Direito» está utilizado no sentido de direito positivo.
Defina direito positivo.
2. Os juízes, na aplicação do Direito nos tribunais, gozam dos atributos de independência e de irresponsabilidade.
Explique em que consiste cada um destes dois atributos da actividade do juiz.
3. A jurisprudência é uma fonte de Direito.
Justifique a importância da jurisprudência como fonte de Direito, na ordem jurídica portuguesa.

Neste grupo, **todos** os itens são de resposta obrigatória.

III

Leia com atenção o seguinte artigo do Código Civil:

Art. 503.º

1. *Aquele que tiver a direcção efectiva de qualquer veículo de circulação terrestre e o utilizar no seu próprio interesse, ainda que por intermédio de comissário, responde pelos danos provenientes dos riscos próprios do veículo, mesmo que não se encontre em circulação.*

(...)

Atendendo ao disposto no artigo acima transcrito, considere a seguinte situação:

Joaquim conduzia o seu automóvel numa avenida quando, subitamente, perdeu o controlo do carro, que foi embater na montra de uma loja, causando graves prejuízos a Manuel, seu proprietário. Este exigiu a Joaquim o pagamento de uma indemnização pelos prejuízos sofridos. Como Joaquim não estivesse disposto a pagar, alegando que o embate na montra não tinha sido intencional, Manuel recorreu aos serviços de um advogado, para interpor a competente acção judicial.

1. Entre Manuel e o advogado constituiu-se uma relação jurídica.
Indique três dos elementos de qualquer relação jurídica.
2. A situação descrita constitui um caso de responsabilidade civil extracontratual.
Distinga responsabilidade civil contratual de responsabilidade civil extracontratual.
3. **Justifique**, com base no artigo transcrito, se Joaquim é ou não responsável pelos prejuízos causados a Manuel, proprietário da loja.

IV

Este Grupo é constituído por dois temas de desenvolvimento.

Leia com atenção cada um dos temas propostos e responda **APENAS a UM deles**, à sua escolha. No caso de responder aos dois temas, só a primeira resposta será classificada.

TEMA A

A falta de cumprimento das regras europeias para a qualidade da água e para o tratamento dos resíduos é uma das maiores falhas de Portugal na aplicação da legislação comunitária de ambiente. Sendo as duas áreas referidas directamente relacionadas com a saúde humana, Bruxelas tem estado atenta ao desempenho português.

Analise o texto, relacionando-o com os seguintes aspectos:

- o direito a um ambiente saudável como um Direito Humano fundamental;
- a aplicabilidade das directivas e dos regulamentos comunitários na ordem jurídica portuguesa.

TEMA B

Art. 49.º da Constituição da República Portuguesa

- 1. Têm direito de sufrágio todos os cidadãos maiores de dezoito anos, ressalvadas as incapacidades previstas na lei geral.*
- 2. O exercício do direito de sufrágio é pessoal e constitui um dever cívico.*

Analise este artigo da C.R.P., relacionando-o com os seguintes aspectos:

- o direito de sufrágio pessoal e universal;
- as incapacidades por interdição e inabilitação previstas na lei portuguesa.

FIM

COTAÇÕES

I

1.	15 pontos
2.	15 pontos
3.	15 pontos
4.	15 pontos
5.	15 pontos
(4 × 15 pontos)	60 pontos

II

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
	55 pontos

III

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
	55 pontos

IV

Tema A ou B	30 pontos
	30 pontos

TOTAL **200 pontos**